



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na sala 114 do Conselho Nacional de Educação _CNE_ teve início a septuagésima nona Reunião Ordinária da CONAES, com a presença dos membros da CONAES: **Senhor Sérgio Roberto Kieling Franco** (Presidente); **Senhor Robert Evan Verhine** (Notório Saber); **Senhora Maria Clara Kaschny Schneider** (Notório Saber); **Senhor Marcelo Knobel** (Notório Saber); **Senhor Reginaldo Alberto Meloni** (Representante do Corpo Docente); **Senhor Sandro Oliveira Pimentel** (Representante do Corpo Técnico Administrativo); **Senhor André Luiz Vitral Costa** (Representante do Corpo Discente); **Senhora Cláudia Maffini Griboski** (INEP/MEC); **Senhor Adalberto Grassi** (CAPES/MEC); o **Senhor Paulo Roberto Wollinger** (Substituindo o Senhor Luiz Claudio Costa); **Senhora Suzana Funghetto** (INEP/MEC); **Senhora Christyne Silva** (INEP/MEC); **Senhor Fabiano Cavalcanti Mundim** (INEP/MEC); **Senhora Nathália Bueno Póvoa** (INEP/MEC); **Senhora Sueli Macedo Silveira** (INEP/MEC); **Senhora Ana Carolina de Aguiar Moreira Oliveira** (INEP/MEC) e **Senhora Juliana Bueno Mendonça Ribeiro Frois** (Secretária Executiva da CONAES). O Presidente da CONAES iniciou com as justificativas de ausências. Explicou que o Senhor Guilherme Marback não pôde vir devido a situações emergenciais na Universidade Anhanguera UNIDERP, da qual ele é reitor. Informou também que o Senhor Luis Cláudio Costa e o Senhor Luiz Fernando Massonetto não compareceram, pois estavam em reunião com o Ministro da Educação e com a Presidenta da República Dilma Rousseff. Destacou a presença do Senhor Paulo Wollinger que representava o Senhor Luis Cláudio Costa. Esclareceu que a Senhora Malvina Tuttman havia viajado, mas que, contudo, estava representada pela Senhora Cláudia Griboski e demais membros do INEP. Logo após, iniciou o primeiro ponto da pauta: **elaboração de indicadores para o SINAES, com base no Censo do INEP**. O Presidente da CONAES explicou que para se elaborar indicadores, com base no Censo, seria necessário conhecê-lo, por isso, a Senhora Christyne Silva realizaria uma apresentação. A Senhora Christyne Silva, do INEP, se apresentou. Informou que o Censo do ano base 2009 é um documento descritivo, previsto no decreto 6.425, de 4 de abril de 2008. Relatou que a coleta de dados é anual. Explicou que tudo é operacionalizado por meio de um sistema. Esclareceu que o objetivo do Censo é o diagnóstico da educação superior e elaboração de indicadores, tais como o CPC. Ressaltou que, em 2009, o Censo passou por uma coleta individualizada que permitirá um estudo longitudinal. Pontuou que, em 2010, o Censo integrou o cadastro EMEC e o ENADE. Destacou que, em 2011, utilizar-se-á, para a coleta de dados, o CPF do aluno, o que

11.15

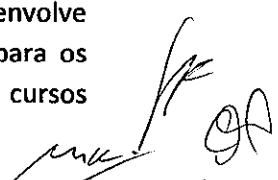
16/08
11h30

garantirá maior exatidão e confiabilidade das informações. Ressaltou ainda que houve um treinamento com 826 instituições de educação superior, visando melhorar o processo de coleta de dados. Pontuou que as dimensões do Censo são: **1- Instituições de Ensino Superior; 2- Cursos; 3- Docentes; 4- Alunos.** Acerca da primeira dimensão, pontuou que essa é constituída por dados fixos, cadastrais, tais como: quantidade de técnicos administrativos; bibliotecas; dentre outros. Sobre a dimensão Cursos, destacou que nela são encontrados itens referentes a vagas ofertadas no ano; quantidade de alunos inscritos em processo seletivo; condições de acessibilidade; laboratórios; dentre outros. Na dimensão Aluno, são fornecidas informações sobre: dados cadastrais; situação de vínculo a curso; forma de ingresso e seleção; programa de reserva de vagas; financiamento estudantil; apoio social; formação complementar; situação do aluno (cursando, matrícula trancada, falecido e outras). Na dimensão Docente, são registrados dados cadastrais; escolaridade; situação do docente na IES; regime de trabalho; docente substituto. A Senhora Christyne Silva explicou que cada atuação do docente é chamada de "função docente". Destacou também que, para o sistema, o aluno é um indivíduo com um tipo de vínculo, podendo esse ter mais de um vínculo. Ressaltou que a situação de matrícula pode ser: cursando ou formado. Relatou que "Concluintes" é um subconjunto do aluno formado. Pontuou que o item "Inscritos" se refere à quantidade de inscritos em processo seletivo que a Instituição de Ensino Superior obteve. Destacou também que o quesito "Docente" é entendido, pelo sistema, como um indivíduo com "função docente", que é o tipo de vínculo que ele estabelece com cada IES que trabalha. Depois, a Senhora Christyne Silva apresentou o sistema. Demonstrou que, no sistema, são registrados dados cadastrais (referentes à mantenedora; à IES), bem como informações sobre o procurador institucional; pólos; recursos humanos (por escolaridade e sexo); dados financeiros (da mantenedora, ou da própria IES). Explicou que, dentro do módulo "Instituição", são apresentados dados sobre biblioteca: se é uma biblioteca central ou setorial, bem como quais são seus locais de acesso. A Senhora Cláudia Griboski perguntou se havia algum item referente à biblioteca virtual. A Senhora Christyne Silva disse que ainda não. Continuou apresentando por meio de um exemplo: curso de direito da UFMT. Demonstrou que são apresentados os dados cadastrais: nome do curso, código, quando entrou em funcionamento; dados censitários: quantas vagas foram ofertadas por turno; quantos inscritos em processo seletivo em cada turno; se garante vaga para aos PNEs; se o curso utiliza laboratórios. A Senhora Cláudia Griboski afirmou que a informação sobre a existência de laboratório pode ser aproveitada para o CPC. O Senhor Sérgio Franco perguntou como é feita auditoria das informações. A Senhora Christyne Silva explicou que a verificação *in loco* está prevista, mas que, atualmente, não é feita. Esclareceu que, atualmente, pergunta-se ao pesquisador institucional. A Senhora Cláudia Griboski disse que o pesquisador institucional não é a mesma pessoa denominada como procurador institucional. A Senhora Christyne Silva continuou a apresentação. Acessou o módulo "Aluno". Selecionou como exemplo um aluno da IFSC, por meio do CPF: o Senhor André Vitral. Relatou que 96% dos alunos já estão cadastrados por próprio CPF. Esclareceu que, nesse módulo, aparecem dados cadastrais: sexo, cor, nacionalidade, dentre outros. Relatou que o módulo apresenta o vínculo do aluno com a IES: cursando, formado, transferido, falecido, desvinculado. Pontuou que o sistema apresenta o turno em que ele estuda, bem como a forma que ingressou na IES e se teve reserva de vagas. O Senhor Paulo Wollinger perguntou como poderiam ser reaproveitadas as vagas, durante o ano. O Senhor Marcelo Knobel afirmou que não se trata de reserva de vaga, e sim, de um

programa de ação afirmativa. A Senhora Christyne Silva esclareceu que esses dados referem-se a programa estudantil; bolsa alimentação etc. O Senhor Paulo Wollinger afirmou que, as vezes, a IES não tem restaurante universitário e disponibiliza bolsa alimentação. O Senhor André Vitral concordou, dizendo que existem subsídios. A Senhora Christyne Silva continuou a apresentação, demonstrando que o sistema registra se o aluno realiza atividades de monitoria, estágio, dentre outras. O Senhor Adalberto Grassi afirmou que é importante essa diferenciação do aluno de programa de iniciação científica, do aluno de pesquisa. A Senhora Christyne Silva, iniciou a apresentação do módulo "Docente". Esclareceu que, nesse módulo, são registrados dados cadastrais: formação; pós-graduação; tipo de vínculo com a IES (se está afastado, ou não); se é docente substituto; tipo de regime de trabalho; qual curso está atuando. Por fim, a Senhora Christyne Silva esclareceu que o sistema também gera relatórios. O Senhor Sérgio Franco propôs que a CONAES tivesse acesso aos relatórios, para que se pudesse pensar nos indicadores. O Senhor Robert Verhine perguntou se é possível manipular esses dados. A Senhora Christyne Silva afirmou que o banco de dados traz informações sigilosas, as quais são retiradas, nos momentos de divulgação. Explicou que, caso fosse necessário acesso a dados pessoais, o INEP precisaria de um termo de consentimento. O Senhor Sérgio Franco sugeriu que se conversasse com o Diretor do INEP: Moreno, para se ter acesso aos dados. Explicou que informações do Censo ajudariam na reestruturação do CPC e da visita *in loco*. O Senhor Sérgio Franco agradeceu a presença da Senhora Christyne Silva e **iniciou o segundo ponto da pauta: análise, por parte do INEP, das manifestações ocorridas nas audiências públicas com relação aos instrumentos do SINAES.** A Senhora Cláudia Griboski informou que os instrumentos serão analisados pela CONAES como indicadores e, quando aprovados, serão encaminhados ao Ministro para publicação como indicadores. A Senhora Suzana Funghetto iniciou a apresentação. Explicou que, em Brasília, foram realizadas 24 contribuições na Audiência Pública; em São Paulo, 20; no Rio de Janeiro, 30. Demonstrou quantas manifestações foram realizadas com relação ao Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia. Esclareceu que muitos pronunciamentos se referiram ao conceito NSA. Sugeriu que na Dimensão 1, fossem acrescentadas as fontes de consulta. Concordaram. Sobre o indicador 1.5, referente à estrutura curricular, após discussão, esse ficou com a seguinte: "quando a estrutura curricular prevista e implantada contempla, de maneira suficiente, em uma análise sistêmica e global os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade. A Senhora Suzana Funghetto continuou a apresentação. Sugeriu a inclusão de um novo indicador, que após discussão, passou a ter o nome de "Apoio ao Discente", com a seguinte redação no conceito 3: "Quando o atendimento ao discente previsto e implantado contempla, de maneira suficiente, os programas de atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento". Nesse indicador haverá uma orientação na coluna da esquerda referente à previsão e efetividade, ou seja, se a atividade de atendimento ao discente tem previsão e se é implantada. Além disso, passará a ter, no glossário, os exemplos de atividades extra-curriculares, não computadas como atividades complementares: intercâmbios, cinemas etc. A Senhora Suzana Funghetto, leu o indicador 1.2, referente a atividades de tutoria, o qual, após discussão, teve a sua redação acrescentada a seguinte expressão: "NSA para cursos presenciais. Obrigatório para cursos a distância". A Senhora Suzana Funghetto leu o indicador 1.13, referente a tecnologias de informação e comunicação

1.13. - 1 (1.1.

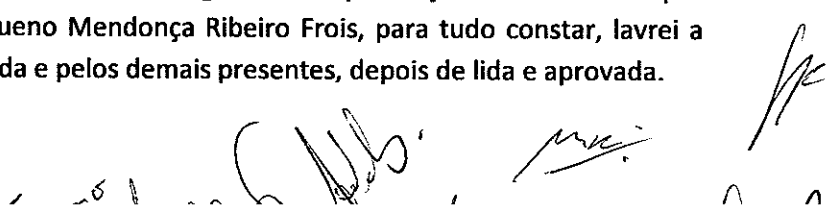
TIC no processo ensino-aprendizagem que, após discussão, passou a ter a seguinte expressão: “NSA para cursos presenciais que não contemplam TICs em seu PPC”. A Senhora Suzana Funghetto leu o indicador 1.14, referente ao material didático institucional. Sugeriu a inserção da expressão “NSA para cursos presenciais que não contemplam material didático institucional em seu PPC, obrigatório para cursos a distância”. Concordaram. Acerca do indicador 1.15, referente a mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes, a Senhora Suzana Funghetto sugeriu a inserção da expressão “NSA para cursos presenciais que não contemplam mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes em seu PPC, e obrigatório para cursos a distância”. Concordaram. A Senhora Suzana Funghetto leu o indicador 1.18, referente à integração com as redes públicas de ensino. Sugeriu a substituição do termo “creches e escolas da rede pública”, por “escolas de educação básica das redes públicas de ensino”. O Senhor Sérgio Franco destacou que, nesse item, o NSA é opcional para os outros. Iniciou-se a discussão acerca da dimensão 2. A Senhora Suzana Funghetto sugeriu a inserção das fontes de consulta para a dimensão 2. Concordaram. A Senhora Suzana Funghetto sugeriu a elaboração de um novo indicador 2.X: Caracterização (tempo de dedicação e permanência sem interrupção) composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante _ NDE. Após discussão, decidiram pela retirada do indicador 2.X e inclusão das informações desse indicador na caracterização. A Senhora Suzana Funghetto explicou que foi feito um estudo para o indicador 2.7, referente à titulação do corpo docente do curso. Explicou que há uma distorção no cálculo. Sugeriu a retirada do termo “deste”, a fim de que seja desfeita a distorção de cálculo. Após discussão, sugeriram que, a partir de um determinado conceito, se estabelecesse um percentual em relação ao total. Decidiram que para o conceito 1: haveria a retirada da expressão “percentual de doutores é menos que 30%”; para o conceito 2, sugeriram: menos de 10%; conceito 3: doutores de 10% à 20%; conceito 4, de 20% à 30% doutores; conceito 5: mais de 30% doutores. Por fim, solicitaram que o INEP fizesse um estudo para verificar se essa faixa percentual está adequada. A Senhora Suzana Funghetto leu o indicador 2.9, referente à experiência profissional do corpo docente, que passou a ter a seguinte expressão: “para egressos de cursos de licenciaturas considerar apenas a experiência nos demais níveis de ensino”. A Senhora Cláudia Griboski sugeriu o termo: “excluída a educação básica”. A Senhora Suzana Funghetto leu o indicador 2.11, referente à experiência de magistério superior do corpo docente. Após discussão, decidiram que os anos deveriam ser os mesmos em todos os conceitos: 3 para bacharelados e licenciaturas ou 2 anos para cursos superiores de tecnologia. Além disso, também decidiram que os intervalos de percentuais fossem definidos da seguinte forma: conceito 1 – menor ou igual a 20%; conceito 2 _ de 20% a 40%; conceito 3 _ de 40% a 60%; conceito 4 _ de 60% a 80%; conceito 5 – igual ou acima de 80%. A Senhora Suzana Funghetto leu o indicador 2.12, referente à relação entre número de docentes (equivalente 40h em dedicação á EAD) e o numero de estudantes. Sugeriu a substituição da expressão “vagas por estudantes” por “previstas e implantadas”. Após discussão, concordaram que as vagas se tratam de vagas totais anuais de ingresso. Decidiram que essa expressão deveria estar descrita no glossário. A Senhora Suzana Funghetto leu o indicador 2.14, referente à produção científica, cultural, artística ou tecnológica. Após discussão, concordaram que a redação deveria continuar como estava, lembrando que a produção científica, cultural, artística ou tecnológica é um grupo abrangente, pois envolve artigos em jornais e outros. A Senhora Suzana Funghetto leu a alteração sugerida para os indicadores 2.15, 2.16 e 2.17, a qual se referia à substituição da expressão “NSA para cursos

1 (n.d. L.11.  GA

presenciais, obrigatórios para cursos a distância” por “NSA para cursos presenciais. Obrigatório para cursos a distancia. Obrigatório para cursos presenciais que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade semi-presencial”. Após discussão, decidiram que não haveria a expressão “Obrigatório para cursos presenciais que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade semi-presencial”, pois entende-se que isso deve ser dito na capacitação dos avaliadores, mas que não é necessário constar no indicador. Sobre a Dimensão 3, a Senhora Suzana Funghetto leu o indicador 3.6, referente à bibliografia básica. Sugeriu a exclusão, nos casos dos conceitos que possuem acervo virtual, da proporção de alunos por exemplar físico dos livros que figurem no acervo eletrônico, que é acrescida em 30% nos critérios 3, 4 e 5. Sugeriu que a redação do conceito 3 fosse da seguinte maneira: de 13 a 19 vagas anuais; do conceito 4 – de 6 a 13 vagas anuais; do conceito 5 – menos de 6 vagas anuais. Após discussão, decidiram que deveria constar, no glossário, na definição do acervo virtual, a expressão: acesso universal. Além disso, consideraram adequada a redefinição dos percentuais, sem, contudo, separar os indicadores referentes à acervo físico e virtual. A Senhora Suzana Funghetto leu o indicador 3.8, que se refere aos periódicos especializados. Sugeriu a inserção da expressão “para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas do primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados e licenciaturas, e 60% dos títulos previstos no critério de análise.” Todos concordaram. A Senhora Suzana Funghetto leu quantas foram as sugestões, realizadas nas Audiências Públicas, para o Instrumento de Avaliação de Cursos de Direito. Explicou que existem apenas 2 indicadores diferenciados para o curso de Direito. Fez a pergunta: É necessário um instrumento específico para avaliar os cursos de Direito? Após discussão, concordaram em unificar o Instrumento de Avaliação de Cursos de Direito com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - Bacharelados, Licenciaturas e de Cursos Superiores de Tecnologia, até mesmo porque as revisões posteriores serão por indicador e não mais por instrumento. A Senhora Suzana Funghetto passou para a análise do Instrumento de Avaliação de Cursos de Medicina. Após discussão, consideraram prudente analisar esse instrumento quando for finalizado o Acordo com as Associações Médicas. O Senhor Adalberto Grassi retornou ao indicador 3.8, relatou que o termo indexado é muito complicado. Após discussão, decidiram que seria acrescida a sigla ISSN, estando a definição dessa no glossário. A Senhora Suzana Funghetto iniciou a leitura dos dispositivos legais e normativos. A Senhora Cláudia Griboski perguntou se continuaria no nº 3: titulação do corpo docente, a definição da LDB. O Senhor Sérgio Franco ressaltou que as observações dos requisitos legais são informações que não serão consideradas para avaliação, mas sim, para regulação e decisões cabíveis do MEC. O Presidente da CONAES declarou que estão aprovados os Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação - Bacharelados, Licenciaturas, Cursos Superiores de Tecnologia e de Direito (presenciais e a distância). Relatou que apenas o Instrumento de Avaliação de Cursos de Medicina ainda dependerá de uma posterior análise. Ressaltou que a análise das manifestações, realizadas nas Audiências Públicas, serão apensadas à ata da 79ª Reunião da CONAES, bem como os Instrumentos que serão publicados pelo INEP. Fez louvor ao trabalho realizado pela Comissão de Estudos do INEP. A Senhora Cláudia Griboski explicou a importância de não se utilizar mais os instrumentos antigos no próximo ano. O Senhor Sérgio perguntou como está a Comissão de Análise do Instrumento de Avaliação Institucional. A Senhora Cláudia Griboski explicou que, oficialmente, está sobre a DAES, a atribuição de análise dos indicadores CPC, IGC. O Presidente da CONAES retornou ao ponto da pauta referente aos

no 1 - 10/11
Ass. Adalberto Grassi
Ass. Sérgio Franco
Ass. Cláudia Griboski

informes gerais, mas, antes, sugeriu que todos lessem o questionário do estudante do SINAES e trouxessem contribuições para a próxima reunião. **Acerca dos informes gerais**, o Senhor Sérgio Franco relatou que houve uma reunião com a SESU, na qual a SESU quer que os cursos de Bacharelados Interdisciplinares (BIs) entrem na avaliação do ENADE. Ressaltou que a discussão foi em questão a qual seria o momento em que os BIs entrariam no ENADE. Sugeriu-se que seja no ano 1. O Senhor Paulo Wollinger relatou que os BIs tratam-se de uma inovação pequena, ainda não consolidada, e que o gasto público com isso será imenso. Pontuou que essa ação poderá, inclusive, prejudicar o IGC. O Senhor Adalberto Grassi concordou. O Senhor Sérgio Franco afirmou que se esperarão as diretrizes do CNE. Explicou que os Pró-Reitores que defendem o ENADE dos BIs são os que não possuem o curso em suas IES. A Senhora Cláudia Griboski disse que é legítimo os BIs solicitarem ENADE. Contudo, lembrou que serão 34 provas elaboradas esse ano. O Presidente da CONAES ressaltou que existe o recurso da visita *in loco* para os casos de cursos que não tiverem ENADE. O Senhor André Vitral relatou que sob a nomenclatura Bacharelados Interdisciplinares estão sendo construídos vários cursos. O Senhor Robert Verhine ponderou que talvez seja difícil realizar avaliação *in loco* dos BIs. A Senhora Cláudia Griboski afirmou que estão sendo criados pequenos grupos para a realização das visitas. O Senhor Paulo Wollinger pontuou que uma prova de ENADE para os BIs do jeito como estão, pode ser prejudicial. A Senhoras Cláudia Griboski pontuou podem ser celebrados convênios com as IES para se elaborar itens para o ENADE dos BIs. Contudo, considerou que tal fato poderia privilegiar algumas IES. O Presidente da CONAES considerou importante falar sobre o Seminário que será realizado em outubro. Sugeriu a divulgação via EMEC. Pontuou que o INEP poderia também dar idéias para a divulgação. O Senhor André Vitral explicou que a UNE tem um sistema para divulgação. O Presidente da CONAES sugeriu postagem na página do MEC. Sugeriu que se utilizasse o sistema de inscrição do INEP. Outro informe geral foi relatado pelo Senhor Sandro Pimentel, o qual pontuou que a greve nas IFES continua. Ressaltou que se completou 72 dias úteis de greve. Destacou que, pela primeira vez, foi ajuizada uma ação contra os Sindicatos. Informou que foi solicitada a ilegalidade da greve, com multa, e um percentual mínimo 72%. Foi julgada a ação, e o percentual foi reduzido. Relatou que o projeto 1.749 vai ser votado, em regime de urgência, este mês ainda. Destacou que esse projeto reflete diretamente no ensino. Relatou que a greve não acabará sem uma contraproposta. O Senhor Reginaldo Meloni sugeriu registrar na ata os eventos em que a CONAES esteve presente: ABRAFI, nos dias 21 e 22 de julho de 2011, na qual esteve presente o Senhor Reginaldo Meloni; na UNEB, nos dias 18 a 22 de julho de 2011, na qual esteve presente o Senhor Robert Verhine; na ABENO, no dia 10 de agosto de 2011, na qual esteve presente o Senhor Sérgio Franco; na FGV, no dia 15 de agosto de 2011, na qual esteve presente o Senhor Sérgio Franco. Registrou-se também que estarão presentes, na UFOPA, o Presidente da CONAES e a Senhora Cláudia Griboski; na ABED, no dia 31 de agosto de 2011, estará o Senhor Sergio Franco; na ABAVE, no dia 01 de setembro de 2011, também o Senhor Sergio Franco. O Presidente da CONAES sugeriu que as atas fossem postadas no site da CONAES e encerrou a reunião, ressaltando que na próxima será analisado o parecer sobre a PLS 220/2010, redigido pelo Senhor Reginaldo Meloni. E não havendo nada mais na proposta de pauta que pudesse ser desenvolvido na reunião, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, e eu, Juliana Bueno Mendonça Ribeiro Frois, para tudo constar, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes, depois de lida e aprovada.

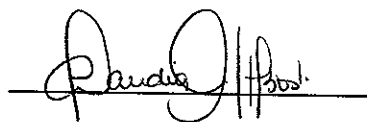


Brasília, 16 de agosto de 2011.



Sérgio Roberto Kieling Franco

(Presidente)



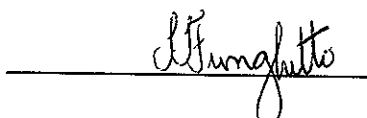
Cláudia Maffini Griboski

(INEP)



Robert Evan Verhine

(Notório Saber)



Suzana Funghetto

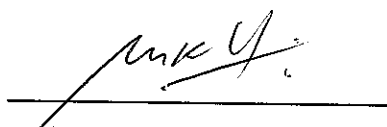
(INEP)

Maria Clara Kaschiny Schneider

(Notório Saber)

Christyne Silva

(INEP)



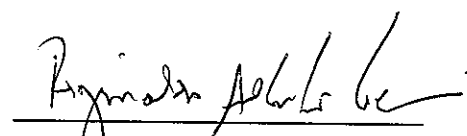
Marcelo Knobel

(Notório Saber)



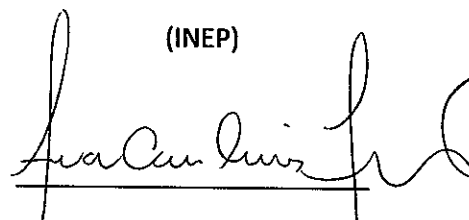
Sueli Macedo Silveira

(INEP)



Reginaldo Alberto Meloni

(Representante do Corpo Docente)



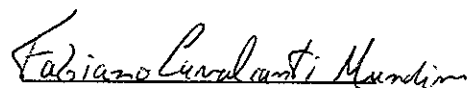
Ana Carolina Aguiar Moreira Oliveira

(INEP)



Sandro de Oliveira Pimentel

(Representante do Corpo Técnico Administrativo)

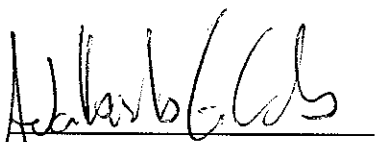


Fabiano Cavalcanti Mundim

(INEP)

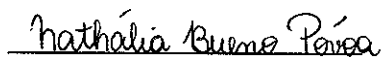
Paulo Roberto Wollinger

(Representante da SESU)



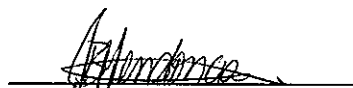
Adalberto Grassi Carvalho

(CAPES)



Nathália Bueno Póvoa

(INEP)



Juliana Bueno M. R. Frois

(Secretária Executiva da CONAES)

André Luiz Vitral Costa

(Representante do Corpo Discente)

